



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE SEXO NA COMPLEXIDADE DA LUTA DE CLASSES

Ana Lúcia de Lima Gomes¹

Resumo: Temos pretensão de dialogar sobre a feminização da pobreza no Brasil contemporâneo e a necessidade de as mulheres pobres lutarem por uma sociedade mais justa. Partindo da hipótese que a realidade brasileira gera para a população diversas mazelas sociais gravíssimas, é o caso das mulheres mais pobres do país. É essa caracterização e a importância da resistência desse grupo que daremos atenção.

Palavras-chave: Mulheres. Pobreza. Feminismo. Capitalismo.

Abstract: We intend to talk about the feminization of poverty in contemporary Brazil and the need for poor women to fight for a fairer society. Starting from the hypothesis that the Brazilian reality generates to the population diverse serious social ills, such as the poorest women of the country. It is this characterization and the importance of the resistance of this group that we will pay attention to.

Keywords: Women. Poverty. Feminism. Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

O processo de fazer pesquisa, tem como sua grande força motriz a tentativa de compreender a realidade que nos é apresentada. Não pesquisar é fadar-se a não compreender o real, e para tantas profissões que atuam nele, significa tender a uma prática desqualificada ou distante objetivamente das demandas apresentadas pelas pessoas no cotidiano do trabalho.

Dessa forma, pensar a intervenção da pesquisa social é remeter à necessidade de compreender a realidade com o fim de realizar uma intervenção qualificada dela. Pensar o movimento de pesquisa e a intervenção resultante dela é pensar a *não* neutralidade científica. No caso desse trabalho, deixamos evidente que é uma tentativa de contribuição para fortalecer o conhecimento da classe trabalhadora brasileira e uma intervenção qualificada para e com ela.

A construção teórica elaborada no presente artigo, intitulado “FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES: relações patriarcais de sexo na complexidade da luta de classes” têm por pretensão dar evidência ao diálogo sobre o

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: analima.96@live.com.

processo de feminização da pobreza no Brasil contemporâneo e a necessidade de as mulheres mais pobres serem sujeito ativo na luta por uma sociedade mais justa e emancipada das amarras do capitalismo racista e patriarcal.

Desta feita, tem a pretensão de ser contribuinte no estudo das características desse contingente populacional – as mulheres pobres brasileiras –, e para além disso, também tem por pretensão trazer elementos para a discussão sobre a organização (ou não organização) dessa determinada parcela da população levando em consideração as implicações de ser uma mulher pobre no Brasil contemporâneo.

Não obstante, esse processo de pesquisa se dá em um momento bastante particular do Brasil, tendo como cenário a atual crise do modo de produção capitalista em seu estágio mais complexo de financeirização. Entendemos a crise contemporânea como uma *crise estrutural* do capitalismo, que atinge diretamente a classe trabalhadora e é um sanguessuga da vida e do trabalho humano. Para o Brasil, essa crise tem se manifestado em um gradativo aumento das desigualdades sociais, marcado pela atuação de um Estado prioritariamente voltado aos interesses da burguesia, que cotidianamente põe em prática ataques aos direitos populares historicamente conquistados e às políticas sociais no Brasil.

Dessa forma, o acúmulo teórico que esse trabalho objetiva trazer é quanto a especialização da luta contra a crise e contra a lógica de exploração do capitalismo. Assim, elegemos o contingente populacional das mulheres pobres e seu processo de resistência como central na nossa análise, para que possamos de alguma forma, estar em coalizção com a radicalidade dessa luta, e é disso que trataremos a seguir.

A construção do artigo foi efetuada em três momentos. O primeiro para compreender o radical que dá subsídio a manutenção da lógica de desigualdade entre os sexos, trazendo ao debate os conceitos centrais de patriarcado em Delphy (2009b) e Saffioti (2004) e Engels (2006) e a centralidade dessa discussão tendo como cenário a Divisão Sexual do Trabalho (Cisne e Santos, 2018). Isso por que, para compreendermos a funcionalidade da desigualdade sexual, é necessário analisar a influência do modo de produção capitalista.

No segundo momento, o objetivo é analisar o processo de feminização da pobreza a partir de Lavinhas (1996), Saffioti (1987) e Cisne e Santos (2018). O objetivo é identificar o crescente movimento de responsabilizar as mulheres pela gestão da pobreza no Brasil e de que forma isso também se torna uma face da manutenção da opressão das mulheres. O terceiro momento, como caminho construído pelos momentos anteriores, trata da importância das formas da resistência das mulheres frente a exploração do sistema patriarcal-capitalista – é sobre essa realidade que deteremos atenção.

2 DESENVOLVIMENTO

A realidade é um complexo de fios que se encontram infinitamente, e em cada um de seus encontros existem complexos nós que formam o cotidiano que nos é apresentado. Ademais, os fios que tecem a realidade não são unicamente de uma bela linha de lã recém fiada em uma máquina ultramoderna de tecidos. A realidade é permeada de fios antigos que dão sustentação aos novos. Dessa forma, para entender o presente momento, é preciso considerar esse período a luz do passado com todas as suas possíveis interlocuções.

Assim, para pensarmos o contexto atual da feminização da pobreza e da organização e resistência das mulheres é preciso compreender o por que o processo de luta é imperativo na vida das mulheres. Concordando com Cisne e Santos (2018, p.31), concebemos que o indivíduo “é entendido como sujeito histórico, simultaneamente ser singular e ser genérico”, articulando dialeticamente singularidade e a generalidade humana da dada sociedade.

Ou seja, para compreender o que é “ser mulher” na atual conjuntura, é preciso que retomemos o debate para o movimento histórico do real para apreender o que esse movimento trouxe como herança para a realidade apresentada nos dias atuais. Nesse momento, com fins didáticos de entendimento, iremos focar no patriarcado e capitalismo, dois conceitos articulados para compreender essa realidade.

O termo patriarcado, já bastante difundido nos estudos das organizações feministas, carece de atenção para trabalharmos a problemática de pesquisa desse artigo. Segundo Cristine Delphy (2009b, p.174) patriarcado vem a ser a “combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arker* (origem e comando). [...], portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai. ”. Dessa forma, o patriarcado se consolidou enquanto sistema social onde o poder sobre todas as coisas da sociedade é destinado aos homens, inclusive o poder sobre as mulheres.

Enquanto sistema, de acordo com Saffioti (2004), essa ordem dá legitimidade a dominação dos homens sobre as mulheres, construindo uma narrativa de opressão sobre elas. Sendo o poder do homem maior que o das mulheres, constrói-se o binômio dominação-exploração deles sobre elas. Designando os homens enquanto “donos” das mulheres, dando a eles privilégios e a condenação de todas as expressões tidas como femininas.

Esse privilegio masculino se expressa no controle da terra – enquanto propriedade que necessita ser administrada – e o controle da vida, corpos e sexualidade das mulheres. Garantindo que aquela mulher é propriedade exclusiva sua, os homens conseguiam assegurar a certeza de que a prole era realmente sua, tendo para quem deixar a sua

herança, e a força de trabalho dos filhos para manutenção e aumento da sua produção. É dessa forma é construída a família monogâmica.

Historicamente, as relações patriarcais de sexo² consolidam e perpetuam uma relação normativa de papéis sociais. Quando pensamos as inúmeras situações apresentadas pelo cotidiano, é possível ver essa desigualdade de forma latente. Em concordância com Engels (2006, p.75), é possível identificar que o patriarcado ainda não teve seu fim e está presente em todos os momentos históricos, desde seu prelúdio até os dias atuais:

A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente, sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado". (ENGELS, 2006, pág. 75)

Assim, o sistema patriarcal vem, através do tempo, se consolidando como ordem vigente nas relações sociais humanas. Baseado na segregação e exploração, através da história vem colocando as mulheres em papéis secundários e subservientes frente ao poder masculino.

Como já supracitado é preciso articular o conceito de patriarcado à realidade do capitalismo vigente. Compreendemos que as relações sociais têm uma base fundante geral, o trabalho. E é a partir do trabalho que podemos entender várias facetas da exploração das mulheres. Dessa forma, é necessário perceber os sistemas patriarcal e capitalista como faces de um mesmo prisma que reflete inúmeras opressões para as mulheres. Como diz Cisne e Santos (2018):

[...] essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução de situações concretas da exploração e das múltiplas expressões. (CISNE, SANTOS.2018, p.25)

Dessa forma, o capitalismo enquanto sistema legitimador da exploração intensa da vida e força de trabalho da classe trabalhadora, também compreende que determinadas parcelas dela podem ser exploradas com mais violência, como no caso das mulheres e das pessoas negras. Sendo assim, concebemos que a sociedade se estrutura em um sistema patriarcal-racista-capitalista como forma de garantir o status de dominação para a classe detentora dos meios de produção.

² Em consonância com o construído teoricamente pelos debates feministas no campo da teoria social crítica, concordamos e faremos uso do termo no presente trabalho, pois ele refere-se "às relações antagônicas, conflitantes, permeadas por hierarquias entre sexos[...]." (CISNE, SANTOS.2018. p.55)

Como produto dessa relação do binômio capital e patriarcado, o grande resultado é a Divisão Sexual do Trabalho³. Essa divisão restringe o espaço ocupacional de homens e mulheres na sociedade do trabalho, deixando para os homens a esfera produtiva e para as mulheres a esfera reprodutiva. Esses trabalhos têm “pesos” diferentes na sociedade, sendo o dos homens mais valorado e tido como mais importante que o desempenhado pelas mulheres.

Essa divisão através do trabalho cria uma cisão entre homens e mulheres que vai além da diferença biológica, e é nessa separação que as desigualdades se fundam. Enquanto para os homens há o acesso a matéria prima, aos instrumentos e as armas necessárias para o desenvolvimento da sociedade, gerando um trabalho especializado, para as mulheres resta o trabalho reprodutivo, que existe para dar condições ao trabalho produtivo dos homens, e que é “natural” de qualquer mulher, um dom, sem especialização ou valorização. Essa separação fica evidente quando analisamos a realidade das mulheres à luz da análise de uma sociedade de classes, e é possível perceber isso em todos os países de controle capitalista, como o Brasil.

2.1 A face feminina da classe trabalhadora no Brasil

Como já supracitado, quando analisamos a articulação entre capitalismo e patriarcado, percebemos que a extrema exploração das mulheres é completamente funcional ao capital. Na Divisão Sexual do Trabalho, o trabalho reprodutivo das mulheres não é valorizado e é extremamente mal remunerado. Outro elemento impossível de ser ignorado na análise das classes antagônicas no Brasil é o racismo, que tem como resultado a extrema exploração do povo negro. Desta forma, segundo Saffioti (1987) esses sistemas devem ser entendidos de forma articulada e interdependente:

Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração [...]. (SAFFIOTI, 1987, p.60)

Compreendemos que a junção desse sistema patriarcal-racista-capitalista, tem suas raízes no Brasil desde a chegada das caravelas dos colonizadores, que trouxeram

³ A divisão sexual do trabalho é a divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente. (SECRETARIA NACIONAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES, 2016)

exploração sexual e da força de trabalho das indígenas brasileiras, passando pela exploração sexual e do trabalho das mulheres negras que foram escravizadas no Brasil. O elemento do racismo condicionou ainda uma diferenciação da exploração entre as próprias mulheres, onde as mulheres brancas eram resignadas ao cuidado da casa, a serem objeto particular de seus maridos sem serem consideradas cidadãs, enquanto as mulheres negras tinham sua força de trabalho explorada, eram estupradas e não tinham direito a decidir sobre sua própria vida e liberdade.

Esse é um elemento central para compreender a formação sócio-histórica do povo brasileiro, pois foi articulando classe, patriarcado e racismo que se construiu aquela que é uma das parcelas mais exploradas da classe trabalhadora até os dias atuais, as mulheres pobres e negras. Não é possível dizer que nosso passado não deixou marcas nas relações sociais do presente. Esse sistema se alastrou como uma praga em todas as esferas da vida em sociedade, da cultura, religiões e ideologias, por isso sua radicalidade e dificuldade de destruição.

As mulheres negras e indígenas foram exploradas no processo de colonização; as mulheres foram extremamente torturadas e violentadas sexualmente de diversas formas no período da Ditadura Militar brasileira; as mulheres são violentadas e exploradas no campo, nas cidades, nas periferias do Brasil. A violência é um marcante elemento na vida das mulheres. Ocorre em casa, na rua, no trabalho, no transporte coletivo e é praticada de forma esmagadora por homens. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

Na articulação do sistema patriarcal-racista-capitalista, podemos identificar mais uma face atribuída às mulheres: a face da pobreza brasileira. O Brasil, em 2017 tinha mais de 50 milhões de brasileiros vivendo na linha da pobreza⁴, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse perfil da pobreza tem uma determinada cor e endereço, e quando falamos do gênero dessas pessoas, esbarramos nas mulheres pobres. Segundo Lavinias (1996):

A feminização da pobreza aparece hoje como um fenômeno contemporâneo de destaque diante do aumento do número dos pobres em escala planetária. Surge assim uma categoria sexuada que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: ser do sexo feminino e ser carente (LAVINAS, p.464, 1996).

Ser pobre é justamente não ter acesso à qualidade de vida, e às mulheres em condição de pobreza estão em grande desvantagem. A elas sobram os piores empregos, a negação ou inserção precária no sistema educacional, as periferias e favelas, sem direito à

⁴ “No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade.” Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade.html>

cidade, sem políticas de saneamento básico, alimentação segura, creches e escolas públicas de qualidade para seus filhos. As mulheres que morrem nos processos de aborto clandestino, ou se não morrem, são presas e taxadas pelo Estado como criminosas. São as mulheres travestis e transexuais que tem menos ainda garantia de vida.

As mulheres estão nos inúmeros casos de pobreza no Brasil, com salários insalubres e/ou condicionadas ao trabalho informal precarizado, além do alto índice de desemprego. O país detém o maior contingente de empregadas domésticas do mundo⁵, segundo o IBGE, são cerca de 7 milhões de mulheres – em sua maioria negras, e de baixa escolaridade – nessa condição.

Enquanto isso, o Estado brasileiro manifesta-se omissivo quanto a vida das mulheres. Atualmente, com um cenário político de extremo conservadorismo, vemos a redução dos direitos sociais como ataques diretos à classe trabalhadora e às mulheres. Enquanto o presidente eleito diz que tem um ministério equilibrado com duas mulheres (e vinte homens) na chefia dos ministérios⁶, para as mulheres recai a hiper-responsabilização da gestão da pobreza de suas famílias com a retirada de direitos historicamente conquistados.

Um grande exemplo dessa responsabilização das mulheres na gestão da pobreza é o Programa Bolsa Família (maior programa de transferência de renda do Brasil). Mesmo sendo prioridade no acesso ao benefício do Programa, as mulheres sofrem com as condicionalidades impostas por ele, padecendo da sobrecarga do gerenciamento dos valores que recebem. Dessa forma, concordamos com Cisne e Santos (2018):

[...] não basta às mulheres passarem a ser titulares nos programas, é necessário pensar os programas e as políticas públicas em uma perspectiva feminista, ou seja, que não reforce a divisão sexual e racial do trabalho, a sobrecarga de responsabilidades ditas femininas e que possibilite o avanço para a autonomia das mulheres, assegurando condições legais de trabalho. (CISNE, SANTOS, 2018, p.124)

Em face a realidade de retirada de direitos e subalternização das mulheres brasileiras, é necessário enfatizar a necessidade de uma articulação contrária a manutenção desse sistema e que tenha as mulheres como sujeito político principal por suas demandas específicas. E dessa forma, é que para nós se apresenta a necessidade do feminismo.

2.1.1. Transformar a realidade sem medo de ser mulher

⁵ “O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo.” Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>>

⁶ Com duas ministras, Bolsonaro diz que há equilíbrio em ministérios: “Cada uma equivale a dez homens” disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/08/politica/1552078710_217334.html

Mesmo com esse contexto de superexploração da força de trabalho das mulheres é necessário situar que frente a essa realidade sempre houve luta. O processo de resistência histórico dessa parcela da população surge dentro do processo de exploração. Foi no transcorrer das grandes revoluções na Europa que surge o que fica conhecido como Movimento Feminista. O feminismo, como descreve Simone de Beauvoir “é um modo de viver individualmente e de lutar coletivamente”, é conceituado como um movimento social e político que tem sua gênese no final do século XVIII na Europa. Carrega a noção de consciência da desigualdade advinda do sistema patriarcal e luta por direitos e emancipação para as mulheres.

Dessa forma o surgimento do feminismo ocorre em consonância direta a contestação da exploração de o Modo de Produção Capitalista. No contexto da Revolução Industrial, com a inserção extremamente precária das mulheres no mercado de trabalho e o aumento do uso dessa mão de obra, o movimento feminista se coaduna com o movimento operário em prol de transformações na vida das mulheres e da classe trabalhadora.

A organização das mulheres nos partidos socialistas também cresceu, tendo como expoentes: Clara Zetkin, que deu grandes contribuições quanto a necessidade de reivindicar a luta das mulheres na luta socialista e Rosa Luxemburgo, que travava disputas como dirigente do partido com os homens que não aceitavam essa posição para uma mulher, ambas se organizavam no Partido da Social Democracia Alemã (SPD). Na decorrência do século XX a luta pelo sufrágio feminino na Europa fortificou o cenário das lutas feministas, sendo a Nova Zelândia o primeiro país a conceder o direito ao voto feminino em 1893.

Ainda, com a ocorrência das duas grandes guerras, as mulheres conseguiram ampliar, mesmo que em condições precárias, sua inserção no mundo do trabalho. As décadas de 1930 e 1940 foram determinantes para o avanço do sufrágio feminino, na luta pela escolarização e acesso ao mundo do trabalho. Nos anos 1960 se inaugura a noção de que a hierarquia construída do sexo masculino sobre o feminino como uma fatalidade biológica, até que por influência de obras como *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, essa desigualdade passa a ser encarada como uma construção social, levando a contestação das raízes culturais dessa desigualdade.

O feminismo no Brasil veio nas saias das mulheres europeias, com diferentes condições de vida e diferentes culturas. Dessa forma, por reivindicar questões trabalhistas e de sufrágio, foi secundário nesse momento o debate sobre as condições de vida da mulher, especialmente a violência de gênero. A limitação do debate fez com que o feminismo chegasse às salas das senhoras, mas não aos barracos e vielas onde estavam as mulheres pobres.

Não obstante, ao passo que surge e se fortalece a noção de emancipação formal através dos direitos que até então só chegavam as mulheres burguesas com o feminismo

norte-americano e europeu, também é presente a discussão das mulheres socialistas que reivindicam o feminismo como pauta nos partidos e sindicatos de base. Nesse momento, são elas que conseguem aproximar o debate das mulheres da classe trabalhadora.

Contudo, com o passar do tempo é possível identificar que a luta feminista ganhou muito espaço junto às mulheres jovens, principalmente as mais escolarizadas. São comuns rodas de debates, mesas redondas, seminários e congressos acadêmicos sobre a temática. Desta forma, a grande problematização que objetivamos tecer é se a luta das mulheres através do feminismo chega igualmente à todas as mulheres. Em concordância com Saffioti (1992):

A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência. Esta constitui também uma forma de repor os seres humanos no objeto da ciência; uma maneira, em suma, de tornar HUMANAS as Ciências Humanas. (SAFFIOTI, 1992, p.211)

No cotidiano incessante da classe trabalhadora, as mulheres mais pobres que tem diversas ocupações, muitas vezes ficam invisibilizadas na discussão do feminismo. Enquanto, para a maioria das mulheres escolarizadas e que frequentam as universidades é de “fácil” acesso leituras como Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti e Alexandra Kollontai, para as mulheres que não tem condições mínimas de vida, é necessário que a luta feminista seja pensada com as suas particularidades.

Contudo, é possível analisar no cotidiano das mulheres da classe trabalhadora a expressão do feminismo. Quando as mulheres denunciam a violência que sofrem dentro de casa, quando se ajudam para garantir sua sobrevivência. O conhecimento sobre as obras produzidas pelo feminismo não necessariamente chega a essas mulheres, contudo, a construção teórica surge da realidade em que as mulheres estão situadas. Dessa forma, pensar a relação dialética da produção do conhecimento requer atenção a realidade.

Como é possível analisar o feminismo na ótica das mulheres que não tem direitos básicos garantidos? Para isso, tendo como referencial a frase celebre de Rosa Luxemburgo (1974) na obra “A crise da social democracia”, “[...] não estamos perdidos e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender”, é preciso que através do movimento de pesquisa, busquemos conhecer a vida dessas mulheres, suas demandas, pensamentos e necessidades específicas de sua condição de vida.

Para ter possibilidade de superar o imediato é preciso compreender quais determinantes históricos caminham concomitantes na vida das mulheres. Sabendo do avanço dos debates de gênero no espaço acadêmico, é preciso incluir as mulheres pobres, não apenas como objeto de estudo, mas como sujeitas ativas no processo de produção de conhecimento, diminuir distâncias. Ouvir as mulheres, e perceber que o que nos une, – sermos mulheres de uma mesma classe, extremamente exploradas por essa condição – é o que nos une e dá forças e esperança na superação dessa ordem.

Não é o objetivo dizer que as mulheres pobres sofrem mais que as mulheres não pobres nas relações patriarcais, mas que existem outros determinantes que precisam ser vistos e que a dimensão da classe não pode ser escamoteada nesse processo, visto que as desigualdades estruturais do sistema capitalista são violentas e tem foco na classe trabalhadora. Ainda, que é necessário construir uma análise do que o feminismo foi capaz até o presente momento, tendo olhar crítico e histórico para os avanços do movimento no Brasil. A necessidade de fortalecer espaços de diálogo, que a *práxis* seja concreta coalizando os elementos da teoria e da prática, e onde as mulheres se sintam seguras e possam escrever e transformar sua história sem que nenhuma seja deixada para trás.

Desta feita, é necessário compreender que com o avanço do modo de produção capitalista, especialmente com a ocorrência de suas crises estruturais, as expressões da Questão Social se amplificam e se apresentam de forma multifacetada. Quanto mais complexo o sistema em crise, mais complexas são as expressões da Questão Social. A principal alternativa do capitalismo para sair dos processos de crise é o aumento da exploração do trabalho e vida da classe trabalhadora, dando possibilidades de aumento de lucro para o capital.

Frente a essa superexploração da classe trabalhadora, as inflexões da crise se apresentam em perdas de direitos cotidianas. Isso é possível de ser identificado nos projetos e programas governamentais, que visam o desmonte das leis trabalhistas e da Seguridade Social brasileira. Também se expressa na focalização, descentralização e privatização das Políticas Sociais brasileiras.

Não obstante, quando se recorre à composição da classe trabalhadora, é possível compreender que os diversos setores de classe sofrem de maneira diferente as manifestações da crise. Quanto às mulheres mais pobres do Brasil, onde a emergente necessidade é de comer e trabalhar para gerar o sustento de seu grupo familiar, a radicalidade de um projeto de vida é latente.

Contudo, como ferramenta ideológica de domínio do capital, essa parcela da sociedade é vítima de um processo constante de despolitização, de apagamento de demandas específicas e um cotidiano processo de desvalorização social. E mesmo que haja o constante apagamento das mulheres trabalhadoras como sujeito histórico de direitos,

através da história, elas tiveram um grande papel na construção e fortalecimento de processos de luta por direitos de grande importância para a classe trabalhadora.

3 CONCLUSÃO

A construção dessa pesquisa teve como objetivo principal analisar o movimento histórico da realidade e trazer elementos sobre a feminização da pobreza no Brasil e as possibilidades de resistência das mulheres pobres contra o sistema patriarcal-racista-capitalista, apreendendo suas implicações sócioespaciais e seus desafios políticos-organizativos.

O feminismo enquanto luta específica (mas não exclusiva) das mulheres é uma grande força motriz de enfrentamento da cruel realidade que temos no Brasil contemporâneo, marcado por crises, retirada de direitos e alarmante complexificação das expressões das desigualdades. Dessa forma, é preciso articular radicalmente o debate, de relações patriarcais de sexo à luta por uma sociedade dominada pelos valores do capitalismo. Dessa forma, trazemos como substrato a necessidade emergente de considerar as mulheres pobres do Brasil enquanto agente de direitos, e especialmente, enquanto sujeitos políticos que tem capacidade de transformar a sua história.

Dessa forma, concluímos com o reforço de perceber o capitalismo articulado com o patriarcado e com o racismo. A luta unicamente pelo fim do capitalismo, assim como a luta pelos direitos específicos das mulheres não nos basta. Que a radicalidade da nossa luta seja maior que a radicalidade dos ataques desse sistema maligno contra as nossas vidas. Compreender a classe trabalhadora como elemento central da nossa organização e também compreender a diversidade contida nela e que a vitória coletiva do povo é a que liberta das amarras do capital, do racismo e do patriarcado.

O convite a construção coletiva dessa nova realidade é cotidiano para aquelas que já não suportam carregar o fardo da realidade imposta às mulheres, temos que explodir a luta feministas para fora dos muros das universidades, passando pelos bairros de periferia, pelas comunidades ribeirinhas, pelo campo e pela cidade, para que possamos caminhar juntas para o horizonte da transformação.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA IBGE. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade.** Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade.html>>.
- BBC News. **O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo.** Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>>.
- BRASIL, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Perguntas Frequentes.** Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes-sae/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalho-e-como-ela-incide-nas-relacoes-de-trabalho>>.
- CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**, São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de Serviço Social).
- DELPHY, Christine. In: HITARA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus: 3. Ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza. O caso brasileiro.** p. 464 - 479 Estudos Feministas nº02/1996.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social.** In: Uma questão de gênero / Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.
- SILVEIRA, Clara e COSTA, Renata. **Patriarcado e capitalismo: binômio dominação- exploração nas relações de gênero.** Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em: < https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%3%94MIO_DOMINA%3%87%3%83O-EXPLORA%3%87%3%83O.pdf>.